tério da Administração, à Secretaria Nacional de Ensino Superior do MEC e ao Diretor da ESAL, mostrando o apoio da Câmara Municipal de Lavras às reinvi, digo, reivindicação dos servidores das Universidades e IFES Federais, solicitando ao mesmo tempo, que atendam às reivindicações e evitem qualquer tipo de retaliação; g) do Vereador Ennio Mendes de Siqueira: solicitando a verificação dos reparos feitos pela COPASA nas ruas da cidade; solicitando reparos na Rua Ana José Ribeiro; solicitando, digo, enviando congratulações ao Diretor Superintendente da RFFSA; pedindo intervedência junto aos políticos para que o SESI seja trazido para Lavras. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada, em nome de Deus, a reunião.

Ata da Quinta Reunião Ordinária do Sexto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lavras da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e dois. Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano em curso, reuniram-se na Sala de Reuniões do Legislativo Lavrense os Vereadores: Ennio Mendes de Siqueira – Presidente, Luiz Augusto de Paula Lai-

ma - Vice-Presidente, Álvaro Eustáquio Pedrosa - 1º Secretário, Jair Costa - 2º Secretário, Nilton José Arruda de Abreu, Ana Nogueira Reis, Sylvio Fontes, Eduardo Luiz Mazani, Evandro Castanheira Lacerda, Daniel Costa, José Santana, Nilson de Castro Pinto, Antônio Hamilton de Abreu e Sebastião Carlos Torres. Aberta a sessão, a ata da sessão anterior foi lida e aprovada. Constaram do expediente: ofício nº 115/92, do Gabinete do Prefeito, fazendo informação; ofício nº 116/92, do Gabinete do Prefeito, enviando documento; ofício nº 007/92, da Assessoria Jurídica da Prefeitura, enviando convênio do IPSEMG; ofício nº 182, do Diretor da ESAL, enviando agradecimentos; ofício nº 032/92 da Liga Esportiva de Lavras, prestando informações; pauta de reivindicações enviada pela ASSESAL. Projetos que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 027/92 (Autoria do Chefe do Executivo) - "Autoriza o Prefeito Municipal a doar à APAE revestimento para piso do tipo Paviflex e dá outras providências."; 2) Projeto de Lei nº 028/92 (Autoria do Chefe do Executivo) "Altera redação do §2º do artigo 1º da Lei nº 1879 de 04/09/91 e dá outras providências"; 3) Projeto de Lei nº 029/92 (Autoria do Chefe do Executivo) - "Autoriza a doação de materiais de construção à Escola de Educação Física do Instituto Gammon"; 4) Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Luiz Augusto de Paula Lima) - "Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar lotes de terrenos pertencentes ao Município, regulamenta estas doações e dá outras providências". Nas comunicações da Mesa, o Presidente, a título de esclarecimentos, disse que não aceitou ser candidato a Vice-Prefeito pelo PMDB e correram pela cidade comentários de que havia perdido na convenção do PMDB. Ao término desta primeira parte, o Presidente convidou o Dr. José Carlos Jacobina para fazer o uso da palavra, como Secretário Municipal da Saúde e Bem Estar Social e como integrante do Conselho Municipal de Saúde, para explanar sobre a sugestão do Conselho de se cons-

truir um prédio para abrigar o Pronto Socorro Municipal. A sugestão de se convidar o Senhor Secretário para fazer aquela explanação partiu do Vr. José Santana, tendo em vista que estava em trâmite na Casa um Projeto referente ao funcionamento do Pronto Socorro Municipal. Com a palavra, o Dr. José Carlos Koeler agradeceu o convite e esclareceu que em reuniões do Conselho Municipal de Saúde já levantada a questão da prorrogação do convênio para funcionamento do Pronto Socorro Municipal, o que o Conselho era a favor, bem como a contratação de novos médicos. Explicou que sob o ponto de vista do Conselho Municipal de Saúde, se se construísse um Pronto Socorro Municipal, todo atendimento que ali se verificasse, também chamado remdimento ou ETG - Encaminhamento para Tratamento Externo - seria pago à Prefeitura e faria parte do já existente Fundo Municipal de Saúde, que é constituído de várias verbas. O raio x existente no Centro de Saúde I (Chacrinha) seria transferido para o PS a ser construído. O laboratório seria ampliado e todos os pacientes teriam de passar pela rede pública de saúde. Toda urgência seria atendida no PSM: os casos não resolvidos seriam encaminhados aos hospitais; seria um mecanismo importante para o controle de AIH. Seriam constituídas equipes de alto padrão de assistência, de: Clínicos Gerais, Pediatras, Cirurgiões, Ortopedistas, Ginecologistas e Anestesistas. A escala de plantão seria assim, feita por 7 equipes de 6 médicos. Isso, de acordo com o Conselho, diminuiria o número de internamentos hospitalares e haveria uma centralização da saúde no Pronto Socorro a cargo da Prefeitura Municipal. Quanto ao local para a construção do prédio achou o Conselho que poderia ser no Centro de Abastecimento de Roupas ou ainda no Hospital Joaquim Pinheiro, que estava praticamente desativado. Finalizando, o Dr. José Carlos Koeler mostrou aos srs. edis a planta da Policlínica feita pela AMAZ-G na Administração do Dr. Célio de Oliveira. O que

o Conselho entendia era que uma vez realizada a municipalização da Saúde, poderia ser construído um Pronto Socorro Municipal. A decisão caberia ao Executivo. O Sr. Secretário ressaltou que não estavam querendo acabar com o serviço existente, queriam ampliá-lo. Em seguida, o Presidente comunicou aos senhores vereadores que o Dr. Paulo Henrique Celani e o Dr. José Moreos pediram para fazer o uso da palavra também naquela reunião. Assim, submeteu o pedido à apreciação e votação do plenário. Os srs. edis manifestaram-se favoravelmente ao pedido e o uso da palavra foi aprovado. Com a palavra, o Dr. Paulo Henrique Celani, Diretor-Presidente do Hospital do Coração, agradeceu a oportunidade de poder fazer o uso da palavra na Casa. Falou sobre o funcionamento do Pronto Socorro, sobre o número mensal de atendimentos, que chegava até a 2800 pacientes, sendo 30% casos graves. Lembrou a todos que na época da assinatura do convênio para funcionamento do Pronto Socorro Municipal, o Hospital do Coração procurou o Chefe do Executivo, após este ter consultado outros hospitais e recebido um não como resposta, e propôs a cessão de suas instalações para o funcionamento do Pronto Socorro Municipal com a contratação inicial de 7 médicos, que dariam plantão de 24 horas. Disse ainda, que naquela época houve uma pressão de determinada área para que aqueles médicos não assumissem seus empregos. Falou sobre a evolução do atendimento no Pronto Socorro e convidou os Srs. Vereadores para a inauguração do Serviço de Pronto Atendimento, a partir do dia 15 de julho do corrente ano, que além do serviço de triagem, funcionaria também com plantão com quatro médicos (pediatra, clínico, ortopedista e cirurgião). Na oportunidade, o Vereador Antônio Hamilton de Abreu pediu a palavra para esclarecer ao Dr. Paulo Henrique Celani que a preocupação maior da Legislativa era a de procurar evitar que em

Laurias acontecesse com os outros hospitais o mesmo que aconteceu com o Hospital Lúcia Ribeiro, que teve de encerrar suas atividades, o que poderia ser feito através da ampliação do atendimento em outros hospitais da cidade. Em seguida, o Sr. Presidente convidou o Sr. Ivonaldo Ribeiro, membro do Conselho Municipal de Saúde, para fazer o uso da palavra. O Sr. Ivonaldo explicou a todos que na sessão ordinária do Conselho Municipal de Saúde decidiram soberanamente, sem qualquer influência externa, que a exposição de motivos feita pelo Sr. Prefeito quanto a necessidade de se prorrogar um convênio que já era auto-prorrogável, não lhes era clara. Disse que o Conselho não propunha que fosse rompido o Convênio, mas acreditava que a sua prorrogação amarraria a próxima Gestão Municipal. Propunha o Conselho que fosse dada liberdade ao próximo Prefeito para que realizasse o seu plano de saúde e o Dr. José Carlos Loiola apresentou como proposta que se pensasse na construção de um prédio que pudesse abrigar adequadamente o Pronto Socorro Municipal. Finalizando, agradeceu a oportunidade. Da mesma forma se pronunciaram o Dr. José Carlos Loiola e o Dr. Paulo Henrique Celani. Retomando a ordem dos trabalhos, o Sr. Presidente determinou para a Ordem do Dia da próxima reunião todas as matérias que seriam analisadas e votadas nesta sessão. Depois de ouvida a Casa, concedeu o uso da palavra ao Vereador Sebastião Carlos Torres para que pudesse apresentar seu relatório que apurava possíveis irregularidades no Concurso Público realizado pela Prefeitura Municipal de Laurias. O Relatório apresentado continha todo o trabalho realizado pelo Vereador, onde foram constatadas graves irregularidades e as coincidências dos maiores pontos de prova terem sido conseguidos por pessoas intimamente vinculadas ao Ex-Secretário de Administração, que na época administrou o concurso.

Ao final de seu relatório, o Vereador pedia que fosse colocado a julgamento dos Senhores Vereadores a decisão de se constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - que teria maior poder para determinar a anulação daquele concurso. O Vereador constatou ainda em seu relatório, que não concordava com o Parecer Majoritário exarado pelos Vereadores Eduardo Luiz Maroni e Evandro Lastanheira Lacerda, por não retratar a veracidade dos fatos. Assim, passou às mãos do Presidente o seu Parecer Minoritário, acompanhado por um anexo contendo 7 (sete) páginas por ele rubricadas, onde poderia ser constatado todo o trabalho realizado. O Presidente determinou que fossem fornecidas cópias do relatório a todos os Vereadores, para que pudesse ser melhor analisado. O Vereador Evandro Lastanheira Lacerda pediu o uso da palavra e parabenizou o Vereador Sebastião Carlos Torres e disse-lhe que entendiam, ele e o Vereador Eduardo Luiz Maroni, que também compunham a Comissão Especial nomeada pelo Presidente para averiguar possíveis irregularidades no Concurso realizado pela Prefeitura, que a missão de uma Comissão Especial é diferente de uma CPI e que o Vereador já havia feito o trabalho de uma CPI. Em seguida, o Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Sylvio Fontes, que havia solicitado anteriormente. O Vereador Sylvio Fontes se pronunciou no sentido de alertar os senhores edis quanto a necessidade de se fazer uma boa análise nos projetos vindos do Executivo antes de votá-los, provando à comunidade o valor do Legislativo. Ao término da sessão o plenário foi submetido à discussão e votação da sugestão do Vereador e Tesoureiro da Câmara, Nilson de Castro Pinto, para que a Contadora da Câmara, a Sra. Maria Ângela Alvarenga Rodrigues, participasse do curso oferecido pelo IBAM sobre Elaboração de Orçamento, no Rio de Janeiro. A sugestão foi aprovada. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para serem oficiados às autoridades competentes: a) do Vereador Daniel Costa: solicitando a correção do calçamento na Rua Severiano Sier

velli; - solicitando a abertura de um caminho dando acesso à Cruz Vermelha (Tv. Cap. José Ribeiro); b) do Vereador José Santana: denunciando a má conservação do trecho entre as ruas 10. Emmerenciana e Silvio Menicucci; / c) do Vereador Eduardo Luiz Marani: - enviando cumprimentos ao Comte. do 8º BPMMG; - solicitando convênio entre a ESAL e a Prefeitura visando beneficiar os menores carentes da cidade, oferecendo cursos como jardinagem, paisagismo, etc. - solicitando contato do Executivo com a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de se firmar convênio para dotar as escolas públicas com o curso maternal; d) do Vereador Sebastião Carlos Torres: solicitando a recuperação da Rua Silvio Gonçalves Matos; e) do Vereador Ennio Mendes de Siqueira: - solicitando a construção de um anexo hospitalar para atendimento aos pacientes portadores de AIDS em Ipanema; - reclamando da captação de água (do serviço) na Rua Bernardino Macieira; - solicitando a implantação de uma linha coletiva para o Bairro São Francisco; - fazendo reclamação ao SENAC referente a um caso de inscrição. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada em nome de Deus a reunião.

Ennio Mendes de Siqueira

Rosa Nogueira Reis

Sylvio Lott

Eduardo L. Marani

Daniel Costa

Jair Peixoto

Sebastião Torres

Sandro

Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Sétimo Período (julho) da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e dois. Aos seis dias do mês de julho do ano em curso, reuniram-se extraordinariamente, na Sala de Reuniões do Legislativo Laurentze, os Vereadores: Emmio Mendes de Siqueira - Presidente, Álvaro Eustáquio Pedrosa - 1º Secretário, Jair Costa - 2º Secretário, Alfredo Umes Neto, Daniel Costa, Nilton José Arruda de Moreu, Evandro Castanheira Lacerda, Eduardo Luiz Marani, Nilson de Castro Pinto, José Santana, Sylvio Fontes (Aberta a sessão o Presidente comunicou a todos) e Sebastião Carlos Tores. Aberta a sessão, o Presidente participou a todos que aquela reunião havia sido convocada para que pudessem ser discutidos e votados os pareceres da Comissão Especial nomeada pelo Presidente para apurar possíveis irregularidades no último Concurso Público Municipal. Na oportunidade, convidou o Secretário da Administração, Sr. Eros Gomide, para dar maiores explicações sobre o Concurso. Antes de ser dada a palavra ao Sr. Secretário, o Vereador Evandro Castanheira Lacerda usou da palavra para pedir que fosse analisado caso a caso do Concurso, uma vez que tanto o Secretário como os Vereadores estavam com cópias dos dois pareceres em mãos, chegando assim, conscientemente, a uma decisão justa. Também o Vereador Sebastião Carlos Tores usou da palavra para dizer que aquela seria uma oportunidade para que todos conhecessem todo o trabalho rea-